

Direitos humanos e proteção florestal: lei polêmica no Brasil

O Parlamento aprovou uma lei que restringe os direitos dos povos indígenas. É questionável se o presidente Lula vetará a lei.



Lula da Silva, ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (à esquerda), e da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara

BERLIN taz | Em 30 de maio, Célia Xakriabá está no púlpito da Câmara dos Deputados do Brasil. A política usa um cocar de penas coloridas na cabeça, ao seu redor estão colegas com expressões sérias, alguns seguram cartazes. Em um determinado momento, a deputada indígena do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) esfrega tinta vermelha de uma tigela de madeira em suas mãos, pega-a no ar e grita: "Eles terão sangue indígena em suas mãos". Um vídeo do discurso emocionado viralizou nas mídias sociais.

Naquele dia, a Câmara dos Deputados votou uma lei polêmica que limitaria a designação de territórios indígenas. De acordo com o Projeto de Lei 490/2007, somente as terras habitadas por povos indígenas antes de 5 de outubro de 1988 - o dia em que a constituição foi proclamada - serão designadas como reserva indígena no futuro. Na prática, isso poderia resultar no despejo de várias comunidades das terras que habitam se não for comprovado que elas estavam lá antes de 1988.

Os povos indígenas que já haviam sido expulsos de suas áreas de origem anteriormente não teriam permissão para retornar às suas terras - como a constituição de fato previa. "A lei destrói todas as possibilidades de expansão de nossos territórios e permite que os não indígenas realizem projetos comerciais em nossas áreas", disse Marcia Wayna Kambeba ao taz. Ela é uma ativista indígena do povo Omágua e escritora. Não apenas os territórios dos povos indígenas estão ameaçados pela lei, mas também a natureza. "Ameaça a luta pela proteção do clima e da biodiversidade".

De acordo com os ativistas, há outro perigo: a "lei do genocídio" permitiria que invasores que já tivessem sido expulsos de territórios indígenas pedissem indenização. Ela também poderia acelerar a

comercialização e a privatização das terras indígenas. Essa é uma das principais preocupações dos grandes proprietários de terras e dos políticos próximos ao setor agrícola. Eles argumentam que isso traz benefícios diretos para todo o país.

O Senado ainda precisa confirmar a lei

283 deputados votaram a favor da lei em 30 de maio, apenas 155 foram contra. Isso mostra o equilíbrio de poder no país. Apesar de um governo progressista, as forças conservadoras e pró-negócios estão fortemente representadas na política. 300 dos 513 deputados estão vinculados a um grupo de interesse supra-faccional do agronegócio. O projeto de lei ainda precisa ser confirmado pelo Senado, mas lá também os senadores próximos ao setor do agronegócio são maioria.

Os ativistas indígenas estão depositando suas esperanças na Suprema Corte. O caso de um território indígena no estado de Santa Catarina está sendo examinado atualmente. A decisão poderá ter repercussões em todo o país. A Funai, a autoridade indígena, afirma que a lei atualmente em discussão viola a constituição porque desconsidera o artigo 231 sobre a proteção dos povos indígenas. Por fim, a lei ainda pode ser anulada pela Suprema Corte.

Para o governo do presidente social-democrata Luiz Inácio "Lula" da Silva, a votação da Câmara dos Deputados é uma derrota. Membros do alto escalão do governo, como a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, criticaram duramente a iniciativa legislativa. "O projeto constitui genocídio legal porque afeta diretamente os povos isolados. Ele permite o acesso de terceiros a áreas onde vivem pessoas que ainda não tiveram contato com a sociedade", disse Guajajara.

O partido de Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT), deu liberdade de voto aos seus deputados, mas critica a lei. Se o Senado aprovar o projeto, ele será apresentado ao presidente Lula, que ainda pode vetá-lo.

Lula busca repetidamente a proximidade com o agronegócio

O ex-sindicalista havia prometido uma reviravolta de 180 graus na política ambiental durante a campanha eleitoral e também prometeu apoio à população indígena. Só em abril, o governo mandou demarcar seis novas terras indígenas. Nas áreas demarcadas, os povos indígenas podem viver com autonomia; atividades comerciais, como a mineração, são expressamente proibidas.

O que preocupa os ativistas: Lula busca repetidamente a proximidade com o influente agronegócio. Vários representantes do setor viajaram com Lula e uma delegação do governo para a China em abril. A ativista indígena Marcia Wayna Kambeba "não ficaria surpresa" se Lula não vetasse o acordo. No entanto, ela espera que ele tenha aprendido com seus dois primeiros mandatos. "É preciso entender que essa lei é prejudicial ao clima global e, em última instância, a toda a vida em nosso planeta."